

A Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com o Instituto Lumiar e a Associação dos Produtores do Audiovisual Negro (APAN), apresenta:

Ensino da História Afro-Brasileira:

A cultura como ferramenta para a educação das relações étnico-raciais

Uma análise da Lei nº 10.639/2003:
da teoria à prática



A cultura contemporânea, igualitária e justa, é aquela que reflete a realidade do seu tempo, cuja capacidade de diálogo aproxima públicos diversificados, criando possibilidades e acessibilidade por meio de ferramentas que contribuem para a melhor formação dos nossos jovens. Apesar dos muitos desafios e das "cortinas" ainda por desvelar, acreditamos que as atividades artísticas têm o poder de fomentar o debate sobre a arte e suas implicações.

A cartilha "**Ensino da História Afro-Brasileira: A Cultura como Ferramenta para a Educação das Relações Étnico-Raciais**", criada pela Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com o Instituto Lumiar e a Associação dos Profissionais do Audiovisual Negro, apresenta um conjunto de elementos, conceitos e diretrizes que visam fortalecer e valorizar o povo negro, sua identidade e, principalmente, seus direitos.

Com base em uma pesquisa rica e abrangente, o conteúdo da cartilha busca ampliar a compreensão sobre a Cultura Afro-Brasileira, fundamentando-se na transformação da consciência, na análise e em reflexões sobre as influências africanas em nossa cultura. Nesse contexto, promovem-se novos entendimentos acerca da diversidade da arte e da história que moldam a trajetória do nosso país.

A cartilha oferece conteúdos formativos nas áreas da arte e da educação, estimulando boas práticas e aprendizagens que reconheçam as heranças do povo negro e valorizem sua estética em todas as suas expressões artísticas. Dessa forma, ela contribui para a promoção da igualdade e da equidade racial.

Neste sentido, a Fundação Municipal de Cultura, por meio do Festival de Arte Negra, realiza ações contínuas que transcendem o período bienal do evento. Cultura e educação são fundamentais para desconstruir preconceitos e combater o racismo, ainda profundamente enraizado em nossa sociedade. A ampliação de novos instrumentos e conteúdos pedagógicos enriquecedores, aliados ao uso de metodologias ativas de aprendizagem conectadas aos saberes necessários para o fortalecimento das habilidades, torna-se essencial para fomentar uma formação crítico-reflexiva.

A Fundação Municipal de Cultura acredita que a cultura, aliada à educação, desempenha um papel central na construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Fundação Municipal de Cultura

Apresentação



Caminhos para o respeito e a valorização da história do povo negro

Nem toda história está contada em livros e, mesmo aquelas que estão, nem sempre são narradas do ponto de vista dos seus protagonistas. Em 2003, a Lei nº 10.639 foi criada exatamente para mudar a forma como a história e a cultura afro-brasileira e africana vinham sendo contadas nas salas de aula do Brasil. Começava ali o compromisso com uma educação antirracista, a partir do ensino de relações étnico-raciais.

É sobre isso que esta cartilha, idealizada pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte (FMC) e produzida pelo Instituto Lumiar, em parceria com a Associação dos Produtores do Audiovisual Negro (APAN), vai abordar. Aqui, além dos conceitos básicos sobre a legislação e de sugestões de materiais de leitura sobre o tema, você vai encontrar exemplos de boas práticas de ações educativas de combate ao racismo, de fortalecimento de identidade e de direitos, e de conscientização política e histórica da diversidade.

O objetivo deste conteúdo é contribuir para a construção de ações pedagógicas que integrem a cultura e o audiovisual como aliados da educação, potencializando o aprendizado muito além das teorias, mas, principalmente, por meio de vivências e de experiências diversas. Porque o conhecimento é o caminho para o reconhecimento e valorização da história do povo negro.

Sumário

06

Introdução - Educação étnico-racial: um compromisso com a reparação, o reconhecimento e a valorização da história e da cultura negra

10

Sobre a história da Lei - Lei nº 10.639: uma trajetória de luta para a reconexão de estudantes negros com a cultura e a ancestralidade de suas raízes

15

Diretrizes - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

20

Conceitos básicos

24

Racismo - Racismo: o que a escola deve fazer?

28

Sobre aplicação da Lei nº 10.639 - Aplicando a lei: Como os educadores devem se preparar para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira

32

Boas Práticas - Boas Práticas para o ensino de cultura e história africana e afro brasileira: confira aqui o que tem sido feito nas escolas

37

Sobre Cinema - Cinema em sala: a cultura de mãos dadas com a educação

Introdução

Educação étnico-racial: um compromisso com a reparação, o reconhecimento e a valorização da história e da cultura negra

A Lei nº 10.639/2003 é uma conquista dos Movimentos Negros Brasileiros. Sim, no plural, porque foram necessárias muitas mentes e mãos para que a obrigatoriedade de ensinar História e Cultura Afro-Brasileira e Africana fosse levada para dentro das salas de aula. E, muito mais do que obrigação, essa lei virou um compromisso.

Quando falamos sobre ensinar História e Cultura Afro-Brasileira, estamos falando de uma estratégia de valorização de povos e culturas que contribuíram imensamente para a formação do país. É inegável a presença de elementos culturais de povos africanos e indígenas na nossa culinária, na nossa língua, nos nossos modos de vida... Assim como de outras etnias que vieram para o Brasil depois da assinatura da Lei Áurea, em 1888. Entretanto, por muito tempo, só as contribuições dos povos colonizadores que vieram para cá foram valorizadas e, positivamente, representadas na educação.

Por muito tempo, pessoas negras e indígenas foram retratadas apenas como a “força de trabalho” que ajudou a construir o Brasil. Reduzir a contribuição desses povos, no entanto, apenas à atividade braçal é ignorar todas as contribuições intelectuais e culturais que formam a nossa cultura brasileira. E, de forma velada, também é dizer aos alunos que pessoas negras e indígenas não têm nada além de força física para oferecer e que não podem contribuir intelectualmente.

Por isso, a Lei nº 10.639/2003 foi construída baseada no tripé do reconhecimento, da valorização e da reparação da cultura afro-brasileira.

Antes de aprofundarmos nesse tripé, é importante entender o conceito de raça e de racismo. A raça é sempre uma construção social e que, aqui no Brasil, foi utilizada para hierarquizar pessoas a partir da sua aparência e das referências histórico-culturais. O conceito de raça muda, dependendo de questões geográficas e históricas. Em terras brasileiras, ele foi utilizado para desenvolver um sentimento de inferioridade ou de superioridade, um sentimento de pertencimento ou não pertencimento, entre negros e não negros. Nesse caso, sentimentos de superioridade em pessoas brancas e de inferioridade em pessoas negras.

Entendendo o que é raça, podemos compreender melhor o conceito de racismo. Gosto de dizer que o racismo é exatamente aquilo que faz com que uma pessoa, ao olhar a outra, dê um sentido de valor a ela, a partir da sua aparência. Para ser mais didático, o racismo é o que faz pessoas negras serem constrangidas dentro de estabelecimentos comerciais, quando são questionadas sobre um preço de um produto ou em qual corredor encontrar algo, mesmo que não estejam com identificação, uniforme ou qualquer outro signo que possam ligá-las a um funcionário do estabelecimento. Racismo é o que faz uma pessoa chegar ao hospital e se espantar com um médico negro para atendê-la; é o que faz com que uma pessoa negra, em trajes formais, seja confundida com um segurança e não com um profissional que precisa dessa formalidade para trabalhar. O racismo constrói o imaginário de quem podemos ser e o que podemos fazer, a partir da nossa aparência. E um dos efeitos do racismo é a construção de desigualdades.

Explicados os conceitos de raça e racismo, voltemos ao tripé da Lei nº 10.639/2003. O primeiro elemento dele é o **RECONHECIMENTO**. Precisamos reconhecer que o Brasil é um país que hierarquiza as pessoas a partir da sua aparência ou fenótipo, e isso alimenta o racismo. O reconhecimento é a constatação da existência do racismo e de como ele afeta a vida de pessoas negras. É entender que pessoas dentro dessa hierarquização, lidas como inferiores pela sua cor, por seu cabelo ou por sua cultura, tiveram mais dificuldades de exercer a sua dignidade.

Apenas reconhecer a existência do racismo não é o suficiente. É necessário criar ações de **REPARAÇÃO**, que ajudem a combater os efeitos das desigualdades produzidas por ele. A Lei nº 10.639 é uma política de reparação. Outro grande exemplo de política de reparação são as cotas raciais. Lembrando que existem, sim, cotas sociais, mas também existem as cotas raciais.

Por fim, chegamos ao terceiro elemento da Lei nº 10.639, a **VALORIZAÇÃO**. É a construção de estratégias para valorizar o patrimônio cultural negro e a história da população negra. Um exemplo simples de como a valorização se encaixa no tripé da Lei nº 10.639 e no ensino em sala é quando, em uma aula na qual se discute sobre o escritor Machado de Assis, se destaque que ele era um homem negro. Por que eu preciso dizer que ele era um homem negro? Porque por muito tempo ele foi lido como um homem branco, e quando um aluno vê que alguém tão importante para a nossa cultura, como Machado de Assis, se parece com ele, essa criança ou esse adolescente entende que ele também pode ser um grande escritor, caso queira.

Ou seja, a Lei nº 10.639 obriga o Brasil a reconhecer a existência do racismo, ao fazer com que o país crie processos de reparação para combater as desigualdades construídas pelo racismo e produza formas de valorização de populações que não eram valorizadas.

Entender esses pontos é a primeira etapa para que você, educador, perceba a importância de implementar em suas aulas a aplicação dessa legislação. Não é necessário criar uma disciplina para isso, é no dia a dia, na conversa e nos detalhes que colocamos a Lei nº 10.639 em prática. É necessário vontade e coragem para enfrentar o racismo estrutural e formar não só cidadãos preparados para o mercado, mas para uma sociedade melhor.

Contamos com você para construir essa sociedade igualitária que tanto sonhamos.

Uma boa leitura e bom trabalho!

Delton Felipe

Escritor, pedagogo, professor e doutor em educação de ensino-aprendizagem e formação de professores

“Quando eu falo de Machado de Assis, eu preciso dizer que ele é um homem negro. Mas, por que eu preciso dizer que ele era negro? Porque eu preciso fazer uma reparação, já que por muito tempo ele foi lido como homem branco. Ao falar que ele é negro, eu estou valorizando esse intelectual e dizendo, para os meus alunos que se parecem com ele, que eles também podem ser grandes escritores.”

Delton Felipe

Sobre a história da Lei nº 10.639¹



¹As informações e leis citadas, relacionadas ao item de nº 1, estão disponíveis nos seguintes endereços:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10639.htm
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15223&fichaAmigavel=nao>
<https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/23810/14010>
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091469>
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm



Lei nº 10.639: uma trajetória de luta para a reconexão de estudantes negros com a cultura e a ancestralidade de suas raízes

Por muito tempo, os livros de história e as aulas em sala contaram que a Princesa Isabel, em 1888, assinou a Lei Áurea e libertou os escravizados. No entanto, a versão relatada não era tão completa. Nomes como o do advogado Luís Gama, do jornalista José do Patrocínio ou do engenheiro André Rebouças, três abolicionistas que foram essenciais para as movimentações que levaram à assinatura dessa lei, não ganhavam destaque. Tampouco se discutia nas aulas sobre Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar. Em 1881, ele comandou, em Fortaleza, uma greve de jangadeiros que transportavam pessoas negras escravizadas até os navios. A greve conseguiu paralisar o tráfico negreiro na região por alguns dias.

Esses são apenas alguns dos muitos exemplos que mostram que a população negra sempre lutou por mudanças. Não foi diferente na construção da Lei nº 10.639/2003. Os movimentos que levaram à aprovação dessa legislação começaram com a necessidade de uma afirmação positiva da identidade negra na sociedade e, conseqüentemente, em salas de aula.

Década de 1980

Por volta das décadas de 1970 e 1980, uma das grandes preocupações dos movimentos negros era com a educação. A discriminação racial no ambiente escolar, por exemplo, aumentava a desigualdade no percurso de ensino de alunos negros e, em alguns casos, levava à evasão escolar. Por trás disso, estava a falta de conteúdos sobre as contribuições desses povos para a formação do Brasil.

A constante discussão levantada pelos militantes negros da época levou a um dos primeiros marcos nessa história. No ano de 1984, na Bahia, entidades do movimento negro se mobilizaram para solicitar à Secretaria de Educação do Estado a inclusão da disciplina Introdução aos Estudos Africanos nas escolas de ensino fundamental e médio. A solicitação foi atendida em 1985, por meio da Portaria nº 6.068.

Década de 1990

As movimentações da década de 1990 também foram essenciais para a criação da Lei nº 10.639 em 2003. Eventos históricos como a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, por exemplo, chamaram a atenção do governo e da sociedade para a luta antirracista e para as demandas da população negra.

E chegamos a 1999, quando foi apresentado o Projeto de Lei nº 259, de autoria dos deputados Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira. A proposta dispunha “sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’”.

Década de 2000

Depois de muitas mudanças e discussões, em 2003, a proposta foi transformada na Lei nº 10.639/2003, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira'”.

A legislação possui apenas dois artigos. O primeiro estabelece que “a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B”. No artigo 26-A, passa a ser obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

MENSAGEM DE VETO

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

No mesmo ano da aprovação da referida lei, em 2003, nasce a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que tem como objetivo enfrentar o racismo no Brasil. A SEPPIR foi a responsável pela publicação das 'Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana', em 2004. Essas orientações são a base do desenvolvimento das ações e da aplicação dos conteúdos da Lei nº 10.639 nos estabelecimentos de ensino.

Povos indígenas

Em 2008, a Lei nº 10.639 foi modificada por meio da Lei nº 11.645/2008, passando a incluir também a obrigatoriedade do ensino sobre os povos indígenas. Com essa mudança, estabeleceu-se que *“o conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”*.

Reparação

A trajetória para a valorização da história afro-brasileira, indígena e africana começou muito antes da aprovação da legislação e continua sendo constantemente construída por educadores, pedagogos, pesquisadores e movimentos negros, que desenvolvem estratégias para levar a teoria à prática. Esta cartilha é mais uma delas.

A história como ela é nos mostra que foi preciso muita luta para a criação de uma das políticas de reparação mais importantes do nosso país. E essa aprovação abriu portas para outras conquistas, como a Lei nº 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas, mas essas conquistas não são apenas legislativas. O maior avanço está na construção e no fortalecimento da identidade, com a formação de estudantes que, a partir da consciência de onde vieram, terão mais perspectiva sobre aonde podem chegar."

Diretrizes





Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Você sabia que existe um parecer do Ministério da Educação, de 2004, que orienta as escolas e os educadores sobre como aplicar a Lei nº 10.639/2003 em sala de aula? Nem sempre criar uma lei é suficiente. É preciso estabelecer os caminhos a serem seguidos para alcançar os resultados. Por isso, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Parecer CNE/CP 003/2004, estabeleceu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.

Elaborado por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Professora Emérita da Universidade Federal de São Carlos, o documento explica a importância da legislação, esclarece alguns equívocos, apresenta alguns princípios e destaca as providências que devem ser tomadas pelos estabelecimentos de ensino.

As diretrizes são um norte completo e didático. Destacamos alguns pontos essenciais, mas você pode ter acesso ao documento na íntegra:

**CLIQUE AQUI
E ACESSE AO
DOCUMENTO
NA ÍNTEGRA**



Educação de relações étnico-racial em sala: esclareça alguns equívocos

O parecer destaca que:

Não é exclusividade da escola o combate ao racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e na reeducação das relações étnico-raciais. Contudo, os estabelecimentos de ensino têm um papel importante para a eliminação das discriminações e para a emancipação dos grupos discriminados por meio da transmissão do conhecimento.

Ser negro, no Brasil, não se limita a características físicas. É também uma escolha política, e a construção da identidade negra em nosso país passa por um processo extremamente complexo. É importante enfrentar a afirmação de que negros são racistas e se discriminam entre si. Dado o processo de desumanização das pessoas negras e as políticas de branqueamento fortemente disseminadas no pós-abolição, é possível que pessoas negras sejam influenciadas por essas políticas e reproduzam o racismo do qual também são vítimas.

É necessário superar a crença de que a discussão sobre a questão racial não é assunto para a escola. Como instituição responsável por garantir a todos o direito à educação, a escola deve se posicionar politicamente contra qualquer forma de discriminação.

Princípios e determinações

Para facilitar a aplicação da lei, o parecer destaca alguns princípios, que você vê a seguir. Para conhecer todos, leia o documento completo.

**CLIQUE AQUI
E ACESSE AO
DOCUMENTO
NA ÍNTEGRA**



Consciência Política e Histórica da Diversidade

Esse princípio deve conduzir:

À compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a diferentes grupos étnico-raciais, que possuem cultura e história próprias, que todas são valiosas e, juntas, constroem a história do Brasil;

Ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira;

À superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que as pessoas negras, os povos indígenas e as classes populares são comumente tratados;

À desconstrução de conceitos, de ideias, de comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento e pelo mito da democracia racial.

Fortalecimento de Identidades e de Direitos

Esse princípio deve conduzir:

O despertar do processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida;

O rompimento com imagens negativas contra os negros e os povos indígenas;

A ampliação do acesso à informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais.

Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminações

O princípio encaminha para:

A crítica – pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores –, das representações dos negros e de outras minorias presentes nos textos e nos materiais didáticos, bem como tomar providências para corrigi-las;

A valorização da oralidade, da corporeidade e da arte – por exemplo, como a dança –, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura;

A educação patrimonial, o aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo.

Confira aqui algumas determinações:

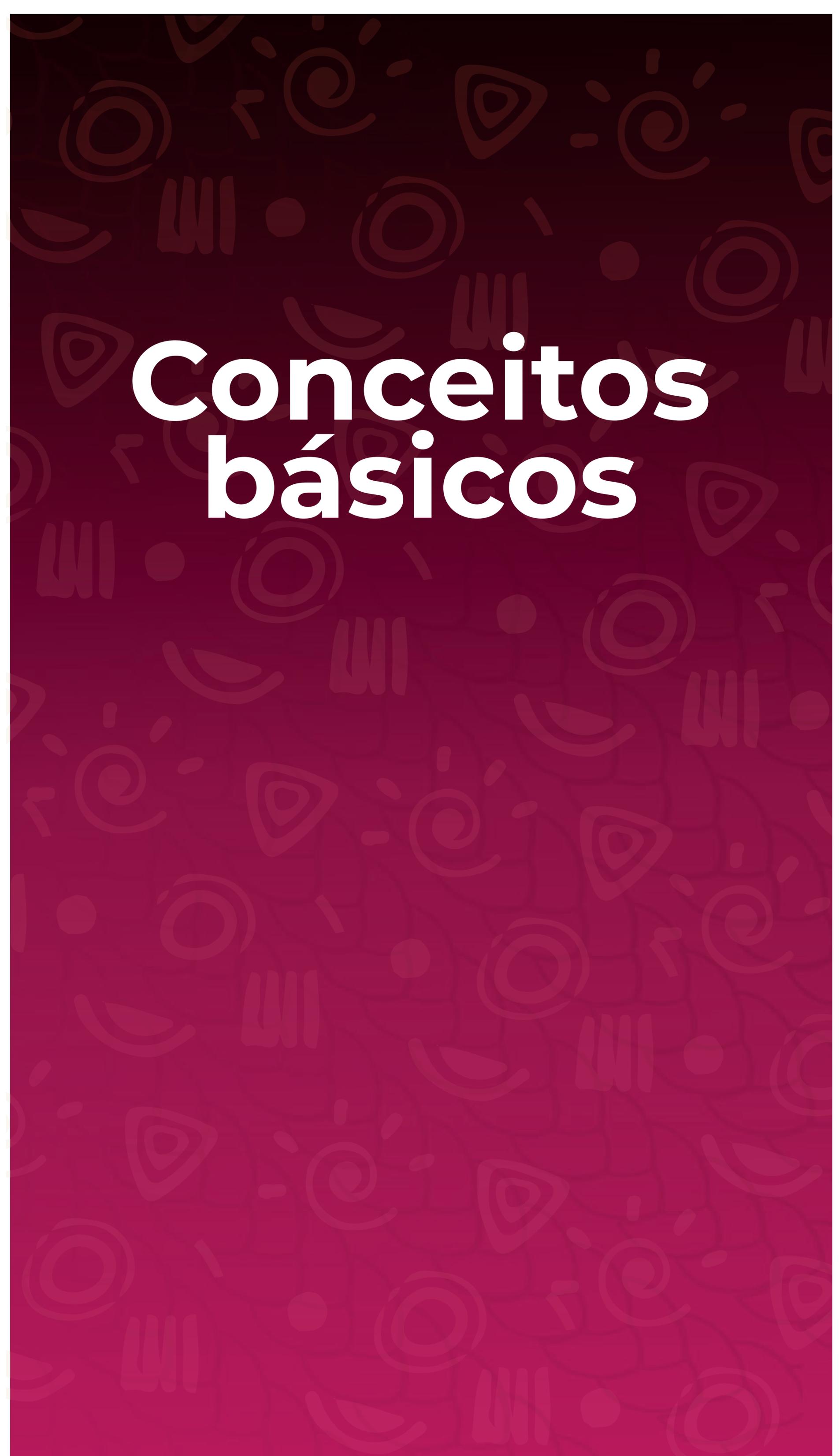
O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro.

O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos e remanescentes. É importante destacar acontecimentos e realizações regionais e locais.

Datas regionais devem receber destaque, assim como o 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura; e o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra; e outras datas com significado histórico e político, como o 21 de março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

Ao trabalhar a História da África, é importante apresentá-la de forma positiva, não só pela perspectiva de denúncia da miséria e das discriminações que atingem o continente. Educadores podem se valer de temas como: o papel dos anciãos e dos griots como guardiões da memória histórica; a história da ancestralidade e religiosidade africanas; as civilizações núbica e egípcia, que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; e as civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábue, dentre outros.

O ensino de Cultura Afro-Brasileira destaca o jeito próprio de ser, viver e pensar, manifestado tanto no dia a dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, entre outras.

The background features a repeating pattern of various geometric shapes, including circles, triangles, and abstract forms, rendered in different shades of red and pink. The overall aesthetic is modern and abstract.

Conceitos básicos



Conceitos Básicos

Na hora de aplicar a Lei nº 10.639 em sala, para promover aulas em torno das relações étnico raciais, é comum que surjam perguntas como: “O que é raça?”; “Qual é a diferença entre racismo e bullying?”; “Devo falar preto ou negro?”. Para transmitir melhor o conhecimento, é fundamental entender bem esses conceitos. Isso vai ajudar a tornar o ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

Raça:

Ao contrário do que muita gente pensa, raça não é cor. É uma construção social e política criada para hierarquizar pessoas, considerando a sua aparência, seu fenótipo ou referenciais histórico culturais. A ideia de raça também leva em consideração questões geográficas e históricas, podendo ser alterada conforme o local.

Preconceito racial:

Ideia pré-concebida sobre um grupo racializado, como pessoas negras, indígenas, quilombolas, muçulmanos e árabes, com base em estereótipos. O preconceito pode ou não resultar em práticas discriminatórias.

Racismo:

Atitudes depreciativas e discriminatórias em relação a um grupo social ou étnico, partindo do pressuposto de que existem raças superiores e raças inferiores.

Bullying:

Atos de violência física ou psicológica, praticados de maneira intencional e repetitiva, que acontecem sem motivação evidente, com o objetivo de intimidar ou agredir a vítima. O bullying pode partir de um indivíduo ou grupo, direcionado a uma ou mais pessoas.

Injúria Racial:

Insultar ou ofender uma pessoa de grupo racializado em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional.



A Lei 14.532, de 2023, tipifica o racismo e injúria racial como crime.

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.

Fonte: <https://www.planalto.gov.br>

Discriminação Racial:

Ato ou ação de tratar uma pessoa de forma diferente devido à sua raça, normalmente ligada ao preconceito. O 'pré-conceito' a respeito de um grupo racializado leva as pessoas a atos discriminatórios contra um grupo ou indivíduo.

Exemplo: Trocar de calçada ao ver uma pessoa negra vindo na sua direção, com medo de ser assaltado(a).

Racismo recreativo:

Racismo disfarçado de humor, com o uso de piadas e brincadeiras racistas que, em seu conteúdo, reproduzem estereótipos raciais.

Exemplo: Quando um aluno, com intuito de "divertir" os colegas ou um grupo, toca, sem consentimento, o cabelo de uma pessoa negra e finge que se "espetou".

Pessoa negra:

Pessoa que se autodeclara preta ou parda, já que, segundo o Estatuto da Igualdade Racial, a população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito de cor ou raça usado pelo IBGE.

Autodeclaração:

É como a pessoa se vê e se identifica a partir das suas características. É a percepção do indivíduo sobre si, autodeclarando-se como parte de um grupo étnico ou racial.

Heteroidentificação:

É a percepção das outras pessoas a respeito da raça ou do grupo étnico de um indivíduo, com base em suas características fenotípicas.

“É importante lembrar que políticas públicas para diminuir o racismo no Brasil, como a Lei de Cotas Raciais, seja no serviço público ou seja na universidade, partem da autodeclaração, mas precisam também passar por um processo de validação da heteroidentificação. Isso se faz necessário porque, no Brasil, o racismo age a partir da aparência e do fenótipo. Várias pessoas, acreditando que as políticas públicas podem trazer benefícios, começaram a se autodeclarar negras sem serem lidas pela sociedade como tal – o que significa que elas não passam por racismo – para poder usufruir dessas políticas públicas. Por isso, nesses casos, é necessária uma combinação entre autodeclaração e heteroidentificação.”

Delton Felipe

Racismo: O que a escola deve fazer?²



Racismo: O que a escola deve fazer?

Brigas, xingamentos, ofensas e desrespeito. O que fazer em caso de episódios de racismo e de injúria racial no ambiente escolar? Para ajudar gestores e professores a tomarem decisões diante desse tipo de situação e de outros conflitos, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) elaborou o documento “Escola, Lugar de Proteção: Guia de Orientações e Encaminhamentos”.

O documento, lançado em 2017 e atualizado em 2023, sugere um protocolo de atendimento em casos de violência e de violações de direitos sofridos por estudantes, com o objetivo de desconstruir a cultura da impunidade para quem viola esses direitos e de ressaltar a importância de práticas restaurativas na resolução desses conflitos, sempre com o compromisso de melhorar as relações no ambiente escolar.



O que diz a Constituição Brasileira?

Artigo 5º

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

[...]

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.”
(Brasil, 1988)

Confira, a seguir, o que se deve fazer em casos de:



1. Injúria racial, racismo e xenofobia praticados por adolescentes

A direção escolar deve tomar as seguintes medidas:

- Comunicar o fato ocorrido aos(às) responsáveis legais;
- Estabelecer diálogo com os(as) envolvidos(as) e responsáveis legais, buscando a reflexão sobre o fato e a mediação do conflito;
- Registrar os fatos e os encaminhamentos em ata escolar e na “Ficha de Notificação Protetiva de Suspeita/Confirmação de Violência contra Crianças e Adolescentes”, com a devida tipificação (racismo ou xenofobia) e encaminhar à direção para envio ao Conselho Tutelar, com urgência;
- Incluir, na pauta das reuniões pedagógicas e do Colegiado Escolar, estudos de casos sobre práticas de xenofobia, racismo, injúria racial e preconceito em ambiente escolar, no sentido de apresentar apontamentos para a construção de ações pedagógicas/procedimentos para a educação das relações étnico-raciais no cotidiano da escola e/ou creche;
- Acionar a Guarda Civil Municipal, em situações recorrentes, para que sejam tomadas as devidas providências.



2. Injúria racial, racismo e xenofobia praticados por adultos contra crianças ou adolescentes

A direção escolar deve tomar as seguintes medidas:

- Acionar a Guarda Civil Municipal, para a tomada das providências legais;
- Comunicar o ocorrido aos(às) responsáveis legais pela vítima;

- Orientar os(as) responsáveis legais pela vítima sobre a necessidade do registro do Boletim de Ocorrência;

- Registrar os fatos e os encaminhamentos em ata escolar e na “Ficha de Notificação Protetiva de Suspeita/Confirmação de Violência contra Crianças e Adolescentes”, com a devida tipificação (xenofobia e/ou racismo), e encaminhar à Direção da escola;

- Tomar as providências administrativas, além dos encaminhamentos civis, em conformidade com o Estatuto do Servidor e com o Manual da Corregedoria, se o crime for cometido por servidor(a).

3. Injúria racial, racismo e xenofobia entre adultos(as) no ambiente escolar

A direção escolar deve tomar as seguintes medidas:

- Acionar a Guarda Civil Municipal, para a tomada das providências legais;

- Orientar a vítima sobre o direito de registro do caso por meio de Boletim de Ocorrência;

- Orientar a testemunha que presenciou a situação sobre o direito de registro do fato por meio do Boletim de Ocorrência;

- Registrar o fato e os encaminhamentos em ata escolar;

- Se o crime for cometido por servidor(a), além dos encaminhamentos civis, caberá à direção da escola a responsabilidade de tomar as providências administrativas, em conformidade com o Estatuto do Servidor e com o Manual da Corregedoria.



Sobre aplicação da lei



Aplicando a Lei nº 10.639: como os educadores devem se preparar para o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira

A Lei nº 10.639 traz a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. As Diretrizes Curriculares, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, trazem os princípios que vão nortear ações para uma educação antirracista. Mas como e onde os professores e os gestores da educação podem se preparar para trabalhar o tema com os alunos?

A Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) coordena uma série de programas de capacitação que, além de oferecer treinamento ao corpo docente, promove um espaço de trocas para garantir a construção de práticas pedagógicas eficientes.

O objetivo não é desencadear ações uniformes, mas, sim, apresentar referências e critérios para que cada escola e cada educador estabeleça caminhos para que os negros se reconheçam pertencentes à cultura nacional e expressem suas visões de mundo, e também para que os brancos se conscientizem e valorizem a história afro-brasileira.

A SMED conta com uma gerência exclusiva para Relações Étnico-Raciais (GERER), que coordena ações para o enfrentamento ao racismo e à violência nas escolas. Esse órgão é responsável por monitorar e avaliar a inserção das temáticas étnico-raciais em projetos político pedagógicos de instituições da rede municipal de educação.

Confira, a seguir, algumas ações de formação e de construção pedagógica:



1) Núcleos de Estudos das Relações Étnico-Raciais (NERER)

Essa é uma estratégia de formação continuada para garantir a aplicação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Para facilitar a administração municipal, Belo Horizonte é dividida em nove regionais: Centro-Sul, Norte, Oeste, Noroeste, Leste, Nordeste, Venda Nova, Barreiro e Pampulha.

Em cada uma dessas regionais, toda escola e creche indica pelo menos um representante para compor o núcleo. Uma vez por mês, os profissionais da educação se encontram em suas regionais para aprofundamento teórico, socialização e reflexão sobre as práticas de promoção da igualdade étnico-racial realizadas pelas escolas e creches.

Juntos, eles trocam experiências, analisam material didático, desenvolvem práticas pedagógicas antirracistas e elaboram planos de ensino que abordem a História e a Cultura Afro-brasileira, Indígena e Africana.

Uma vez a cada semestre, os educadores se reúnem em encontros intersetoriais. É um espaço onde representantes de três regionais diferentes se juntam para trocar vivências, analisar bibliografias e construir, de forma conjunta, ações pedagógicas.



2) Kit de Literatura

Desde 2004, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Educação, seleciona livros para montar o Kit de Literatura Afro-brasileira, Indígena e Africana. As obras selecionadas reúnem gêneros literários, informativos ou de referência.

Os livros selecionados são distribuídos nas escolas e nas creches para ser trabalhados com os alunos. Além de contribuir para a formação de leitores/as, o objetivo do Kit de Literatura é subsidiar as escolas para o desenvolvimento de atividades em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



3) Mostra de Literatura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Ao longo do ano, oficinas de literatura são organizadas para potencializar o ensino da temática Afro-Brasileira, Africana e Indígena em sala de aula. Os livros trabalhados são do Kit de Literatura e autores(as) são convidados(as) para rodas de conversa. O trabalho é encerrado com a Mostra de Literatura, uma ação que, além de estimular a leitura, contribui para a conscientização dos estudantes sobre a importância de se posicionar contra o racismo.



4) Circuito Território Negro

É um projeto que inclui um circuito de Museus em Belo Horizonte, com trilhas educativas e exposições que abordam a temática Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Para participar, a escola interessada precisa elaborar um projeto pedagógico com um plano de atividades a serem trabalhadas dentro desse tema, descrevendo como se pretende trabalhar a temática étnico-racial e como a proposta vai dialogar entre escola e museu. O edital é aberto uma vez por ano.

A ideia é levar os alunos em uma visita guiada, promovendo um engajamento desses estudantes com o tema por meio de trabalhos de pesquisa prévia, realizados nas escolas. Assim, ir ao museu será muito mais do que um passeio, mas uma ferramenta educativa.

Veja alguns museus que integram o circuito:³



CCBB - Centro de Cultura do Banco do Brasil



Memorial Vale



Espaço do Conhecimento UFMG



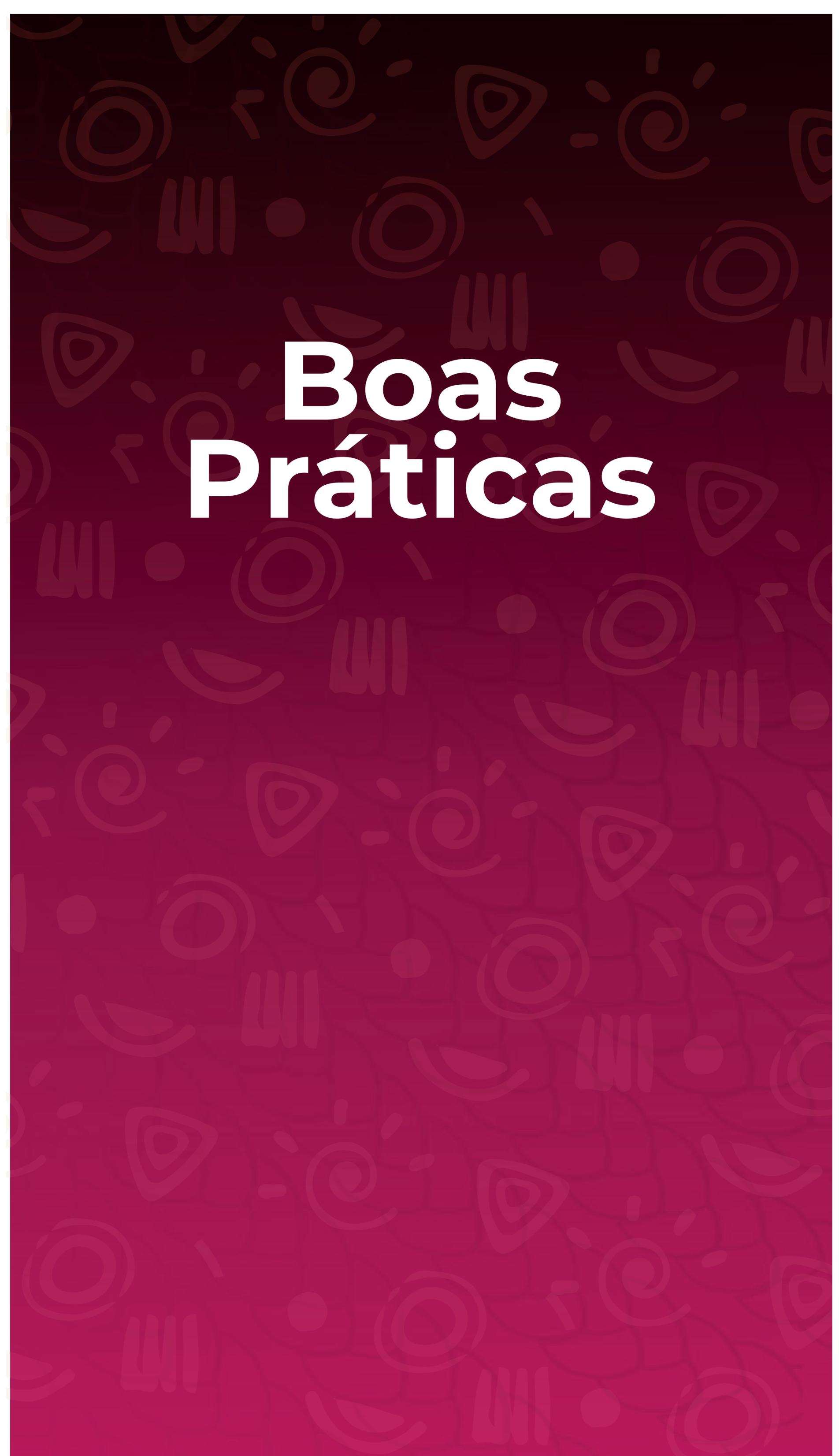
Muquifu: Museu de Quilombos e Favelas Urbanos



Museu da Moda de Belo Horizonte



Museu de Artes e Ofícios

The background features a repeating pattern of abstract geometric shapes in shades of brown and tan. The shapes include circles, triangles, and irregular polygons, some with internal lines or dots, creating a textured, tribal-like aesthetic. The overall color palette is warm and earthy.

Boas Práticas



Boas Práticas para o ensino de Cultura e História Afro-brasileira e Africana: confira aqui o que tem sido feito nas escolas

A Lei nº 10.639/2003 implementou a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Africana e estabeleceu diretrizes para nortear o trabalho das escolas. No entanto, no dia a dia, são os professores e gestores educacionais que transformam a teoria em prática.

Na verdade, em ótimas práticas pedagógicas que, por meio do audiovisual, da literatura, da música, da dança, da contação de histórias e muito mais, têm construído um amplo exercício de reconhecimento e de valorização da história e da cultura dos afro-brasileiros e dos africanos. São ações que começam em sala de aula, de professores para alunos, e transbordam para o cotidiano de toda a comunidade escolar.

Quer saber como? Veja a seguir três bons exemplos:

Exemplo 1

Ação Diversidade Étnico-Racial nas Academias Mineira e Brasileira de Letras

Realização Escola Municipal de Ensino Especial Frei Leopoldo, em Belo Horizonte

Coordenadora pedagógica geral Geni Ferreira de Freitas

Coordenadores do projeto Maria Eugênia Alves dos Santos Maia
Eduardo Nascimento

Equipe envolvida Derli Mainart de Mourão, Coordenadora da Escola Integrada;
Luciana Pereira Gonçalves, Assistente Social do Projeto PAS;
Kenia Cunha Lopes, Professora Projeto Música para todos;
Mônica Mainarte de Moura, Professora de Língua Portuguesa, Línguas Orais, Língua de Sinais e outras linguagens;
André Aparecido Gomes, Professor de Educação Física;
Junior Rodrigues Martins, Apoio ao Educando.

Resumo Destacar as personalidades negras e indígenas que integram os quadros das Academias Mineira e Brasileira de Letras, considerando sua importância, representatividade e obras.

Objetivo De acordo com a coordenadora pedagógica do turno da manhã, Maria Eugênia Alves dos Santos Maia, o objetivo foi refletir, após 20 e 15 anos de implantação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, respectivamente, sobre a representatividade dos grupos étnico-raciais em espaços socialmente reconhecidos como redutos intelectuais, reforçando a necessidade de um olhar para o protagonismo intelectual. O ponto de partida foi a eleição de Conceição Evaristo para ocupar a cadeira de nº 40 da Academia Mineira de Letras, no início deste ano. A ação foi pensada e organizada diretamente de acordo com o princípio do “Fortalecimento de Identidades e Direitos”, presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Descrição da atividade

A Escola Municipal de Ensino Especial Frei Leopoldo é voltada para alunos adultos com deficiência, com idades variando de 18 a 66 anos. Durante todo o ano, a temática da História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Africana permeia as atividades em todas as disciplinas. Um dos projetos recebeu o título “Diversidade Étnico-Racial nas Academias Mineira e Brasileira de Letras”.

Desde 2018, a escola tem representantes no Núcleo de Estudos das Relações Étnico-Raciais, Regional Oeste, e, ao longo desse período, vem realizando diversas ações sobre o tema. Uma delas é o Calendário Étnico-Racial, que, entre outras estratégias, busca promover a autoestima de toda a comunidade escolar.

Para promover uma reflexão sobre a representatividade de negros e indígenas no campo intelectual, os representantes do Núcleo, Maria Eugênia Maia e Eduardo Nascimento, propuseram analisar o quadro de membros das Academias Mineira e Brasileira de Letras. Cada Academia possui 40 membros.

Após explorar o conceito de Academia de Letras, foi organizado um aulão, que começou com a seguinte provocação aos alunos e às alunas: “Das 80 cadeiras existentes, quantas vocês acham que são ocupadas por negros ou indígenas?”. A conclusão foi de que apenas cinco “imortais” — como são chamados os membros das referidas academias — pertenciam a esses grupos.

Professores e outros profissionais da escola foram convidados a participar da atividade, representando um “imortal”. Após a apresentação de cada biografia, eles apresentavam ou faziam a leitura de um trecho da obra do imortal correspondente.

Confira a lista

1. José das Dores Vital — Jornalista, assessor de imprensa e relações públicas (AML);
2. Conceição Evaristo de Brito — Professora, romancista, ficcionista, ensaísta e poeta mineira, um dos principais nomes da literatura brasileira contemporânea (AML);
3. Ailton Krenak (Ailton Alves Lacerda Krenak) — Pensador, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro (AML e ABL);
4. Gilberto Gil — Cantor, compositor, multi-instrumentista, produtor musical, político e escritor (ABL);
5. Domício Proença Filho — Professor e pesquisador em língua portuguesa e literatura brasileira, escritor, palestrante e consultor (ABL).

A pesquisa considerou informações sobre a origem, a trajetória na literatura e a bandeira de luta de cada um. Para cada imortal, a escola organizou a seguinte ficha técnica:

- Nome
- Data e local de nascimento
- Filiação
- Ingresso na Academia
- Cadeira
- Formação
- Bandeira de luta

Todas as informações foram organizadas e registradas em um “livrão”.

Avaliação do impacto

A coordenadora pedagógica do turno da manhã, Maria Eugênia Alves dos Santos Maia, e a coordenadora pedagógica geral da Escola Municipal de Ensino Especial Frei Leopoldo, Geni Ferreira de Freitas, avaliam que as leis nº 10.639 e nº 11.645 oferecem um vasto leque de possibilidades para promover o debate sobre a história e cultura afro-brasileira e africana. Na avaliação das educadoras, a atividade “Diversidade Étnico-Racial nas Academias Mineira e Brasileira de Letras”, além de promover a reflexão sobre a representatividade de negros e indígenas, faz com que a legislação cumpra um papel social e político de conscientização sobre a importância de valorizar essa história. “É uma oportunidade de mostrar para os alunos o que esse povo é capaz de fazer e aonde é capaz de chegar: em posições de relevância”, destacam as educadoras.

Segundo Eugênia e Geni, além do(a)s aluno(a)s e do(a)s professore(a)s, que tiveram grande envolvimento durante o processo e na apresentação final, a atividade impactou todos os funcionários da escola e as famílias do(a)s aluno(a)s, que também participaram do “aulão”.

Exemplo 2

Ação Trilhas e Partilhas

Realização Escola Municipal Francisca Alves (EMFAL), em Belo Horizonte

Diretora Rosane Pires Alves

Resumo O Trilhas e Partilhas convida mulheres negras bem-sucedidas, das mais variadas áreas de atuação, para conversar com estudantes e dar visibilidade ao sucesso em suas carreiras, tornando-se exemplos e inspiração para crianças e adolescentes.

Objetivo A diretora da Escola Municipal Francisca Alves (EMFAL), Rosane Pires Viana, destaca que o objetivo central do projeto Trilhas e Partilhas é promover o espelhamento positivo, apresentando histórias de profissionais que criaram estratégias para superar desafios e construíram soluções. A diretora ressalta que, ao analisarmos a pirâmide da população, considerando os critérios de raça e gênero, as mulheres negras estão na base. Por isso, trazer essas mulheres para falar de suas trajetórias cumpre um papel transformador para os estudantes. É um momento de reflexão que não apenas apresenta as diversas possibilidades de carreiras, como, também, trabalha a autoestima das crianças e adolescentes, para que tenham a consciência de que podem ocupar qualquer lugar que desejarem.

No âmbito da Lei nº 10.639, o projeto Trilhas e Partilhas é organizado e guiado por, pelo menos, dois princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que orientam a aplicação da legislação. O primeiro é o “Fortalecimento de Identidades e Direitos”. Ao apresentar trajetórias bem-sucedidas de mulheres negras, ocorre o rompimento de imagens negativas forjadas contra os negros.

O projeto também abrange o princípio das “Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminações”. Ao ressaltar as jornadas das mulheres negras na construção de carreiras de sucesso, o Trilhas e Partilhas promove “a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos estudantes e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade”.

Descrição da atividade

A Escola Municipal Francisca Alves (EMFAL) é voltada para alunos do Ensino Fundamental. O Trilhas e Partilhas é apenas uma das atividades desenvolvidas, ao longo do ano, com a temática da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. O projeto convida mulheres negras para compartilhar com os estudantes a construção de suas carreiras. No entanto, a atividade vai muito além de uma roda de conversa.

Pesquisa

Quando o nome da convidada é definido, os professores iniciam, junto com os estudantes, um trabalho de pesquisa sobre a profissão exercida e sobre a trajetória da profissional. A partir daí, eles conhecem as atribuições da função e, além de pesquisarem sobre a vida e carreira da convidada, também investigam sobre outros profissionais negros que tiveram sucesso na área destacada.

Roda de Conversa

Após a pesquisa, os estudantes participam de um bate-papo com a profissional na escola. Em um primeiro momento, a convidada fala sobre sua profissão. Em seguida, os estudantes fazem perguntas.

Veja quem já participou do Trilhas e Partilhas

Sandrinha Elisandra, Jornalista e Empreendedora
Áurea Carolina, Deputada Federal
Macaé Evaristo, Ex-Secretária de Educação e Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania
Jozeli Rosa, Advogada e Defensora dos Direitos Humanos
Vanessa Filéto, Gerente de Saúde Regional Pampulha
Hadassa Batista, Bailarina do Domingão do Hulk
Daniela Tyffani, Psicóloga e Assessora Parlamentar
Luana Tolentina, Pedagoga, Professora e Escritora

Avaliação do impacto

A diretora da Escola Municipal Francisca Alves (EMFAL), Rosane Pires Viana, destaca a relevância do projeto Trilhas e Partilhas para a promoção de uma educação antirracista, de conscientização e do fortalecimento da autoestima. Segundo a gestora em educação, ao dar visibilidade para mulheres negras que vieram de classes socioeconômicas mais baixas e conquistaram papéis de destaque, a escola contribui para que crianças e adolescentes desconstruam a imagem negativa de associar negros a cargos de subalternidade.

O projeto já trouxe à escola profissionais de diversas áreas, como psicologia, engenharia, política, literatura, educação, entre outras. Na avaliação de Rosane Pires Viana, o compartilhamento dessas trajetórias ajuda os estudantes a entenderem que são capazes de superar desafios.

Rosane Pires Viana também ressalta que, a partir desses bons exemplos, crianças e adolescentes vão crescer mais preparadas para identificar situações de racismo e conscientes de que têm o direito de ser o que quiserem, algo viabilizado pelo fortalecimento da autoestima.

Segundo a diretora, não há nenhum caso de racismo registrado na escola. Ao enfatizar as relações étnico-raciais e trabalhar a história da África, o impacto não é apenas nos estudantes negros. A prática também é um importante instrumento de conscientização para os estudantes brancos. “Não precisa ser negro para lutar contra o racismo. É preciso ser empático”, destaca Rosane Pires Viana.

Exemplo 3

Ação Dança Afro-Brasileira

Realização Coreógrafo Evandro Passos, Formado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com mestrado em Artes Cênicas pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e doutorando pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 1982, ele criou a própria companhia de dança: a Bataka, que significa “ritmo dos tambores”.

Resumo O ensino da dança afro-brasileira é utilizado para trabalhar a corporeidade e a identidade negra. A partir de palestras e oficinas em escolas, Evandro Passos apresenta aos alunos e às alunas os contextos e a história por trás das manifestações culturais.

Objetivo Quando a Lei nº 10.639 foi implementada em 2003, uma queixa frequente entre os professores era a falta de materiais pedagógicos adaptados para contar a história afro-brasileira sob uma perspectiva não eurocêntrica. Contudo, esse novo modo de contar a história não precisa se limitar aos livros didáticos. Já naquela época, Evandro Passos transformou a dança afro-brasileira em uma ferramenta educativa. Muito além do movimento, o objetivo do ensino da dança é provocar discussões étnico-raciais, ensinando sobre as manifestações tradicionais brasileiras, a religião, a percussão e sobre os povos africanos. A partir da escolha da música e da montagem da coreografia, Evandro Passos traz à tona novos recortes sobre a riqueza do continente africano, destacando que, de lá, não vieram apenas negros escravizados, mas também muitos reis e rainhas. “Com a dança, conseguimos mostrar a herança africana na arquitetura, na culinária e nos ritmos. Assim, desmistificamos a imagem de que a África está associada à pobreza”, destaca o educador. Além do **Fortalecimento de Identidades e Direitos** e das **Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminações**, o ensino da dança também se baseia no princípio da **Consciência Política e Histórica da Diversidade**. Além de promover o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira, o resgate das tradições da dança e da musicalidade contribui para a desconstrução, por meio de questionamentos e de análises críticas, com o objetivo de eliminar conceitos, ideias e comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento e pelo mito da democracia racial.

Descrição da atividade

O coreógrafo Evandro Passos realiza palestras e oficinas de dança afro-brasileira em escolas. O projeto é multidisciplinar e envolve professores de variadas matérias, em um trabalho coordenado de pesquisa, que começa desde a escolha da música, preferencialmente regional, até o estudo sobre a culinária e a arquitetura locais, buscando influências africanas. Todos os elementos pesquisados serão considerados na montagem da coreografia.

Contexto do entorno

Pesquisar a história do bairro onde a escola está localizada. Como ocorreu a ocupação da região? Ali existem referências de Congado ou de Capoeira? Algum artista, que possa inspirar a coreografia, já viveu ou vive ali, seja pela música ou pela história de vida?

Pesquisa

Todas as disciplinas devem se envolver na pesquisa. A integração entre elas potencializa o aprendizado.

Escolha da Música

É importante priorizar artistas locais. Em Belo Horizonte, Evandro Passos costuma dar preferência para músicas de artistas negros relevantes na cena musical da cidade, como Sérgio Pererê, Maurício Tizumba e a sambista Dóris. No cenário nacional, a sugestão é escolher artistas negros que tenham composições que exaltam a negritude.

Comunidade

A comunidade pode ser envolvida tanto no levantamento de referências afro-brasileiras para a composição da coreografia, quanto ser convidada para participar da apresentação dos alunos.

Apresentação

Um evento pode ser organizado para o dia da apresentação dos alunos, com barraquinhas de comidas típicas afro-brasileiras e a participação da comunidade.

Avaliação do impacto

O coreógrafo Evandro Passos avalia que as discussões que surgem durante o processo do ensino da dança afro-brasileira são capazes de mostrar aos estudantes como o conceito europeu vem carregado de preconceitos. Segundo o educador, por muito tempo, antes da Lei nº 10.639, a versão contada sobre a história afro-brasileira era distorcida. Agora, a discussão avançou e um dos principais impactos é substituir a visão discriminatória de que os povos africanos remetem à imagem de pobreza e subalternidade por um conceito real de que esses povos têm contribuições significativas para a construção da história e para o desenvolvimento do Brasil.

Sugestão de Leitura

Menino Coração de Tambor, de Nilma Lino Gomes.

O livro infantil, que faz parte do kit de livros para escolas municipais de Belo Horizonte, conta a história de Evandro Passos, que desde criança já compassava, no coração, as notas musicais que ouvia.

Sobre cinema





Cinema em sala: a Cultura de mãos dadas com a Educação



Utilizando o audiovisual como ferramenta pedagógica

Quem nunca se questionou, por exemplo, se o Jack não caberia em cima daquela porta junto com a Rose, na cena clássica de Titanic, e pensou que os dois poderiam ter sobrevivido?

Esse é um dos poderes do audiovisual: despertar as emoções e, a partir delas, provocar reflexões. E por que não usar essa linguagem como uma ferramenta na educação? Quando falamos de audiovisual, não são apenas filmes de longa-metragem. Curtas, videoclipes e novelas, todos esses produtos culturais trazem mensagens e se conectam com quem os assiste, tornando-se um importante e potente instrumento para o trabalho em sala. E, é claro, também para a aplicação da Lei nº 10.639.

Aqui, você vai encontrar algumas dicas para ajudá-lo(a) na construção de uma metodologia que alinha a força do audiovisual com o ensino das relações étnico-raciais e da história e da cultura Africana e Afro-Brasileira em sala de aula.



Além do entretenimento

É comum que o(a)s aluno(a)s vejam aulas que utilizam algum produto audiovisual como uma ferramenta de descontração e entretenimento, e não como parte do aprendizado. Mas, como explica o professor e pesquisador Delton Felipe, os educadores precisam ultrapassar essa barreira, incorporando o audiovisual como um material didático-pedagógico.

Isso não significa que você, educador(a), não possa criar um ambiente agradável para seus alunos durante a exibição de uma obra, com a preparação da sala de vídeo e a oferta de pipoca e refresco.

Porém, é essencial fazer com que os jovens, as crianças e os adolescentes entendam que aquela atividade não termina quando a exibição acabar. A mídia em sala não é só a mídia em si, mas também assume um papel de estimular o(a)s aluno(a)s a ver esse conteúdo para além do entretenimento.

Quatro passos essenciais

Confira abaixo quatro passos para levar em consideração na hora de preparar sua aula utilizando o audiovisual:

1 - Leve em conta idade e conteúdo

Ao escolher um filme, você precisa ir além da classificação indicativa dessa obra. Considere a idade dos alunos e avalie se o conteúdo vai se conectar com a classe. Não é recomendado levar temas pesados para alunos muito jovens, mesmo que a classificação indicativa permita. Sempre assista à obra antes da exibição para avaliar que tipo de discussão ela poderá gerar em sala.

2 - Considere fatores externos

O contexto da obra audiovisual também é relevante. É indicado que o(a) educador(a) pesquise sobre quem são as pessoas por trás das câmeras: os roteiristas, os produtores, a história da obra. Onde o filme foi produzido? Quem são os roteiristas? Os autores, diretores e atores são negros? Como a presença de produtores negros pode ter influenciado a obra? Essa pesquisa vai dar embasamento para a atividade e dar subsídios para que os alunos entendam melhor a abordagem das relações étnico-raciais.

“Por que o Pantera Negra fez tanto sucesso e comoveu tantas pessoas, principalmente a população negra? Porque, além de ter um diretor negro e 90% do elenco ser composto por pessoas negras, quem estava por trás, os roteiristas, os figurinistas, basicamente todos eram negros, e negros africanos. Quando você vê, por exemplo, a vestimenta das soldadas, eram pessoas que conheciam aqueles elementos. Então, é preciso, antes, você considerar os aspectos externos do filme.”

Delton Felipe

3 - Considere os fatores internos

Som, texto e imagem: esses três elementos compõem os fatores internos. Ser um filme dublado ou legendado, por exemplo, pode mudar o que um personagem quer dizer, pois o texto da história pode ter sido modificado na tradução.

4 - Uma fonte de aprendizagem

O planejamento da aula é necessário e recomendado. Entretanto, também é preciso estar aberto aos desdobramentos que a obra audiovisual pode gerar nos alunos. Se o(a) educador(a) interpreta o filme com base na sua realidade e na experiência pessoal, a classe pode ler de maneira diferente.

Na prática, essa é uma forma de aprendizagem horizontal: não se trata apenas do que o(a) educador(a) fala sobre a obra, mas, principalmente, como a mensagem chega e é percebida pelo(a)s aluno(a)s. É importante abrir espaço para que ele(a)s possam compartilhar o que sentiram, e usar esse momento para que o(a) aluno(a) aprenda a partir da própria realidade.

Exemplo: O clipe *Vida Loka II*, dos Racionais, é quase um curta-metragem e traz cenas de uma realidade periférica, e, muitas vezes, negra. Como um aluno que mora em uma periferia vai receber a mensagem desse videoclipe? Como um aluno que nunca passou por dificuldades financeiras vai receber essa mensagem? Escute-os e faça desse momento um espaço de aprendizado.

Dicas de atividades

Anuncie qual filme será trabalhado na próxima aula e peça aos alunos e às alunas que façam uma pesquisa sobre a obra, analisando diretor, elenco, trilha sonora e outros aspectos da construção do conteúdo audiovisual;

Faça uma roda de conversa pós-aula e escute sobre qual sentimento o filme despertou no(a) aluno(a);

E se a sua vida fosse um filme? Peça aos alunos e às alunas que escrevam roteiros contando qual seria o filme de suas vidas;

Qual personagem você seria? Peça aos alunos e às alunas para escolherem um personagem e explicarem por que se identificaram com ele;

Para crianças menores, você pode trabalhar com desenhos. Peça a elas que desenhem o personagem de que mais gostaram e expliquem o motivo da escolha;

Que tal construir uma peça de teatro? Estimule os alunos a produzirem uma obra baseada no filme que assistiram;

Já pensou em usar o nome da obra como uma atividade? Um exemplo disso é a obra “Hidden Figures”, que no Brasil ganhou o nome de “Estrelas além do tempo”. A tradução literal do título seria “Figuras Escondidas”. O que o título original revela? As protagonistas eram brilhantes, mas estavam escondidas. Quantas outras “estrelas” não estavam ocultas? Mostrar isso é diferente, por exemplo, do que dizer que elas eram mulheres brilhantes que estavam à frente de seu tempo.



O audiovisual é um recurso interdisciplinar. Assim como você pode utilizar o teatro como um desdobramento da exibição de um filme, pense, junto com outros educadores de diferentes disciplinas, em maneiras de trabalhar as temáticas da Lei nº 10.639 de forma integrada.

Tenho que exibir apenas filmes feitos e estrelados por pessoas negras?

É necessário, sim, dar visibilidade às obras dirigidas, pensadas e protagonizadas por pessoas negras. No entanto, é possível utilizar obras de pessoas brancas, tendo um olhar crítico quando necessário. Afinal, as pessoas brancas também têm responsabilidade no combate ao racismo.

É importante evitar obras que espetacularizam a dor de pessoas negras. Não é preciso exibir 12 anos de Escravidão, de Steve McQueen, para mostrar como o período de escravidão foi cruel. Busque outras narrativas de filmes que tratem do tema sem fazer a dor de pessoas negras virar o foco. A história das pessoas negras não pode ser resumida à dor.

Evite também obras que tratem figuras brancas como as salvadoras das pessoas negras ou indígenas, retratando-as como coadjuvantes para uma pessoa branca que os salva e os conduz ao desfecho. Dê visibilidade e protagonismo para narrativas positivas da negritude e sua historiografia.

“Vamos trabalhar também com alegria negra. Por que a gente gosta tanto de Um Maluco no Pedraço, Eu a Patroa e as Crianças, Todo Mundo Odeia o Chris, e, por mais que você fique assim com algumas coisas, você dá risada? Porque eles trabalham com elementos de dor, mas eles não se esquecem da alegria negra. Então a gente tem que, na hora da escolha, tomar muito cuidado para não reforçar essa ideia somente de dor no corpo negro.”

Delton Felipe



Reações podem surgir

Professores e professoras precisam estar preparados para fazer a contenção de reações que podem surgir. Por isso, a escolha cuidadosa é tão necessária. Ao selecionar uma obra, pense se ela pode despertar algum gatilho nos alunos e considere que isso pode ser mais prejudicial do que pedagógico.

Pense também se a narrativa escolhida não dará margem para bullying e brincadeiras pejorativas com alunos negros, como a utilização de algum nome ou elemento da obra para apelidar um colega de sala. Caso isso aconteça, prepare-se para utilizar esse momento como uma forma de aprendizagem. Mas, sempre que possível, evite dar abertura para que esse cenário aconteça.



O audiovisual como ferramenta educacional: um aliado da Lei nº 10.639

Você sabia que é obrigatória a exibição de, no mínimo, duas horas de filmes nacionais em sala de aula a cada mês?

Aprovada em junho de 2014, a Lei nº 13.006 acrescenta às diretrizes e bases da educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Esses materiais audiovisuais devem ser utilizados como componente curricular integrado à proposta pedagógica da escola.

Portanto, aliar o ensino da Lei nº 10.639 à exibição de filmes em sala de aula não é apenas uma sugestão de como aplicar a legislação, mas é, também, o cumprimento de uma diretriz educacional.

Além de ser um recurso com o poder de documentar a história de uma nação, o audiovisual é uma importante ferramenta para visibilizar narrativas pouco exploradas e diferentes culturas. Pense, por exemplo, na importância das novelas na cultura brasileira. Para muitas famílias, sentar-se para assistir à novela das 21h é um momento de confraternização.

Pense nas vezes em que o país parou para acompanhar o desfecho de alguma obra, como em outubro de 2012, quando as ruas ficaram “desertas” e cerca de 80 milhões de brasileiros se sentaram para assistir ao final da novela Avenida Brasil?

Não estamos falando apenas de entretenimento. O audiovisual pode ser uma forte estratégia educacional, sendo usado como uma ferramenta poderosa que se conecta com a cultura. É uma possibilidade de mostrar aos alunos, visualmente, algo que nem sempre é possível descrever em palavras. É a oportunidade de sensibilizá-los ou de desconstruir estereótipos sobre povos originários, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, e, assim, quebrar preconceitos.

Em sala, o audiovisual é um grande aliado do(a) educador(a).



Associação dos Profissionais do Audiovisual Negro - APAN

Conheça a atuação e o compromisso da APAN

Desde 2015, a Associação dos Profissionais do Audiovisual Negro (APAN) busca visibilizar as pautas e promover a articulação de trabalhadores negros do audiovisual em todos os cantos Brasil. A instituição, que atua no Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, busca “garantir a construção e viabilizar a manutenção de políticas públicas afirmativas para o setor audiovisual que sejam comprometidas com a equidade e com a democratização dos pontos de vista de raça e gênero”.

Como surgiu a APAN

Essa associação surgiu a partir da união de 20 cineastas negros de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) que compreenderam a importância de se organizar para representar profissionais do audiovisual. Entende-se por profissionais do audiovisual todos os envolvidos na cadeia produtiva: desde os responsáveis pelo *catering*, que alimenta os trabalhadores nos sets, aos atores e atrizes, até os diretores.

Saiba mais sobre a sua atuação

Hoje, a APAN conta com mais de 1.000 associados em todo o Brasil e é uma forte presença nas discussões políticas em Brasília (DF), lutando pelos direitos dos profissionais negros do audiovisual. A associação também realiza cursos de capacitação e de formação para trabalhadores do setor, através da plataforma Apan Formações e também do Lab Negras Narrativas, um projeto que visa criar redes, fortalecer parcerias e impulsionar profissionais do audiovisual negro brasileiro, prezando pela diversidade de gênero e de território. Já a Raio Agency se propõe a ser uma ponte entre profissionais negros do audiovisual com empresas e interessados em montar uma equipe diversa.

A instituição também luta para que as políticas públicas afirmativas pensadas para o setor sejam cumpridas e respeitadas. Um exemplo dessa atuação é a vigilância exercida por essa associação no cumprimento das ações afirmativas da Lei Paulo Gustavo.

O foco da APAN é também dialogar com outras áreas, como a educação. Ela busca desenvolver ações conjuntas com outros setores para fortalecer o audiovisual feito por profissionais negros em todo o território nacional. A APAN defende a implementação das legislações citadas nesta cartilha, como a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 13.006/14.

Para a APAN, a difusão do audiovisual dentro ou fora de sala é essencial para ajudar na construção de um imaginário popular longe dos estereótipos, que abarque a diversidade brasileira. Ela ajuda na construção de um olhar que não seja pejorativo e que ajude crianças e adolescentes negros a conhecerem o outro lado de sua cultura e ancestralidade.

Todesplay

Do desejo de difundir o audiovisual negro, a APAN criou a Todesplay, uma plataforma gerida pela associação que reúne mais de 200 títulos, entre curtas, médias e longa metragens nacionais e internacionais.

A plataforma é um espaço para que obras nacionais que, em muitos casos, não chegam às plataformas de streaming com grande aderência no país, possam ser vistas e os profissionais envolvidos, valorizados.

A Todesplay cobra uma assinatura simbólica para manter seus custos. Ela também é um ótimo repositório de obras que você pode explorar e levar para a sala, colocando em prática as diretrizes da Lei nº 10.639.

Dicas para trabalhar em sala

Confira abaixo algumas obras do catálogo da Todesplay que se relacionam com os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

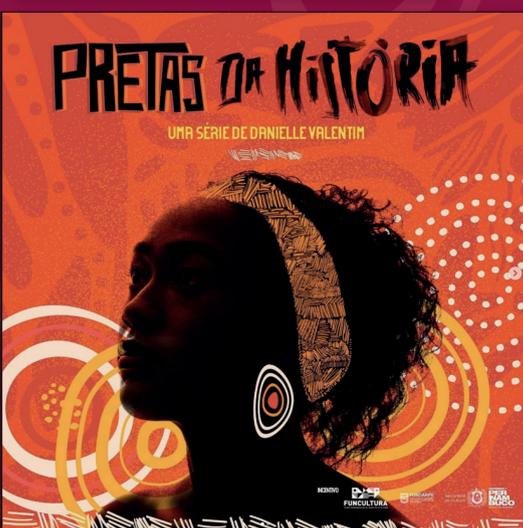
CONSCIÊNCIA POLÍTICA E HISTÓRICA DA DIVERSIDADE



ÒPÁRÁ DE ÒSÙN: QUANDO TUDO NASCE

Direção: Pâmela Peregrino

O curta de animação "Òpára de Osùn: quando tudo nasce" conta a história da Orixá das águas doces – que no Candomblé é Osùn, a deusa da fertilidade – que faz tudo crescer na força do Axé.



PRETAS DA HISTÓRIA

Direção: Danielle Valentim

Obra seriada de curta duração que apresenta mulheres negras que foram ofuscadas e sublocadas pela história dita normativa. A série conta com 10 episódios de 3 minutos cada e apresenta mulheres negras como Dandara dos Palmares, Esperança Garcia, Tereza de Benguela, Rosa Egipcíaca e Páscoa Vieira, dentre outras.



TAMBORES AFRO-URUGUAIANOS

Direção: Naouel Laamiri e Rafael Ferreira

Os tambores trazidos pelos africanos escravizados durante a colonização espanhola sobreviveram e ganharam novas forças no Uruguai. O Candombe, símbolo de um povo reprimido pelos colonizadores, tornou-se uma necessidade de expressão e de liberdade dos africanos e hoje tem presença especial no Carnaval do Uruguai.



GUIA DAS REVOLTAS NEGRAS

Direção: Aline Rocha

O Guia de Revoltas Negras explora fatos documentais e históricos. Cada um dos cinco episódios conta com entrevistas de convidados que abordam as temáticas insurgentes

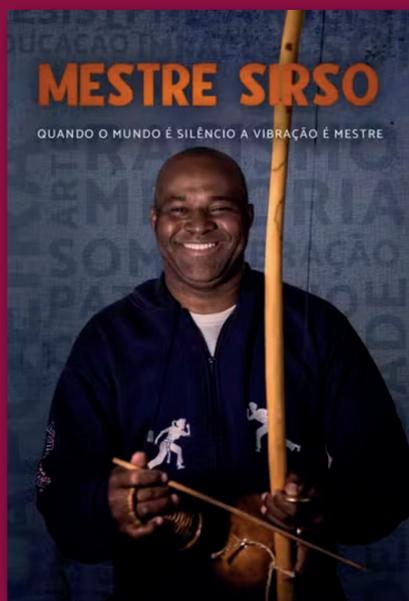
FORTELECIMENTO DE IDENTIDADES E DE DIREITOS



COR DO SOM - MEMÓRIAS DA MÚSICA NEGRA

Direção: Maurício Pazz

Aborda as diversas contribuições de musicistas negros para a música brasileira contemporânea. Na primeira temporada foram entrevistadas três personalidades: o percussionista Fred Prince; o trompetista e arranjador Walmir Gil; e o compositor, maestro, pianista e arranjador Laércio de Freitas.



MESTRE SIRSO: QUANDO O MUNDO É SILÊNCIO A VIBRAÇÃO É MESTRE

Direção: Emanuela Palma

Sirso, homem negro, surdo, que, ao sentir a vibração do berimbau, rompe o silêncio e torna-se Mestre. Na roda da vida a luta por inclusão continua.

Morador da periferia de Cascavel, no Paraná, Sirso perdeu a audição aos quatro anos de idade, em 1974, vítima de uma epidemia de meningite, negada pelo governo militar.



VIVÊNCIAS DO CARIMBÓ

Direção: Marcos Corrêa e Priscila Cobra

A websérie Vivências do Carimbó percorreu municípios paraenses para entrevistar professores, mestres e fazedores de carimbó que são a resistência da cultura popular de raiz amazônica e utilizam o ritmo como uma ferramenta de ensino-aprendizagem no Pará.

POR GERAÇÕES

Direção: Leila Xavier

O documentário tem por finalidade mostrar o legado religioso e cultural deixado por Iyá Nitinha. No aspecto cultural, Iyá Nitinha foi a idealizadora da Orquestra de Atabaques Alabe Funfun, patrimônio cultural que mostra a força do atabaque em nossa cultura. Essa mulher fincou em Miguel Couto, na Baixada Fluminense, um pedaço de raiz do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, tradição viva há mais de 150 anos.

AÇÕES EDUCATIVAS DE COMBATE AO RACISMO E ÀS DISCRIMINAÇÕES



MEU NOME É MAALUM

Direção: Luísa Copetti

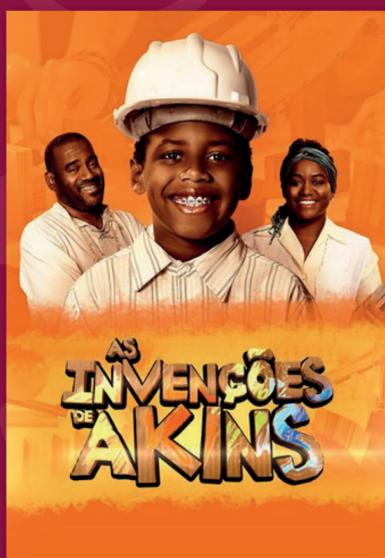
Maalum é uma menina negra brasileira que nasce e cresce em um lar rodeado de amor e de referências afrocentradas. Logo que Maalum sai do seio de sua casa, ela se depara com os desafios impostos pelos discursos e pelas práticas de uma sociedade racista. Assim que ela chega à escola, todos riem do seu nome. Ela não entende o porquê e, com a ajuda da sua família, Maalum vai descobrir o significado do seu nome e a tristeza se transforma em orgulho por sua ancestralidade.



FÁBULA DA VÓ ITA

Direção: Joyce Prado e Thallita Oshiro

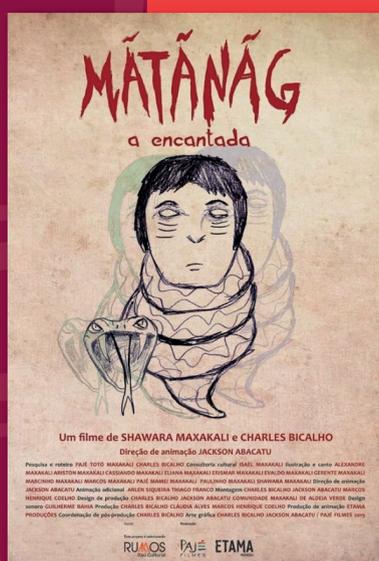
Gisa tem um cabelo cheio de vida e de personalidade, mas seus colegas da escola vivem debochando dela por conta disso. Nessa fábula de fantasia e realidade, contada entre panos e tecidos, Vó Ita envolve sua netinha Gisele para mostrar a ela a beleza das diferenças e o valor da própria identidade.



AS INVENÇÕES DE AKINS

Direção: Ulíssver Silva

Akins é um menino que adora construir os próprios brinquedos. Depois de ver um programa de TV, ele resolve construir sozinho uma máquina feita de sucatas e brinquedos. Porém, o que parecia apenas uma brincadeira torna-se um grande desafio para sua autoestima.



MÄTÄNÃG, A ENCANTADA

Direção: Charles Bicalho e Shawara Maxakali

A indígena Mätänãg segue o espírito de seu marido, morto picado por uma cobra, até a aldeia dos mortos. Juntos eles superam os obstáculos que separam o mundo terreno do mundo espiritual. Uma vez na terra dos espíritos, as coisas são diferentes.

As obras acima são apenas algumas dicas dentre os mais de 200 títulos da plataforma que podem ser explorados como ferramenta de ensino em sala de aula. Conheça a Todesplay e descubra outros títulos.

Ficha Técnica

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Prefeito

Fuad Noman

Secretária Municipal de Cultura

Eliane Parreiras

Secretária Municipal Adjunta de Cultura

Cristina Schirmer

Chefia de Gabinete

Nilza Costa Silva

Diretoria de Gestão Integrada de Cultura

Cláudio Viana Lima

Assessoria de Comunicação (SMC/FMC)

Júnia Alvarenga

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Presidente

Bernardo Correia

Chefia de Gabinete

Ana Carolina Andreazzi de Resende

Diretora da Política de Festivais

Marta Guerra

Assessores

Afonso Andrade

Allan Calisto

Denilson Cardoso (Comunicação)

Mário Moraes

Regina Célia

Gustavo Marinho Santana (estagiário)

Thalita Franciele Moreira (recepcionista)

INSTITUTO LUMIAR/AMAP

Equipe FAN BH 2023:

Coordenação Estratégica

Tina Vasconcelos

Coordenação de Produção

Isaura Paulino

Coordenação Artística

Ana Paula Paulino

Gestão Financeira

Graziela Coelho Nunes Leite

Assessoria Jurídica

Dolabella Costa Campos Advocacia - Consultoria

APAN – ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO AUDIOVISUAL NEGRO

Presidente

Tatiana Carvalho Costa

Vice-presidente

Janaína Oliveira

Diretora Administrativa

Keyti Souza

Assessoria da Presidência:

Nana Miranda

Secretária:

Dominique Jaci

Conselho Regional

Conselho Norte: Rafael Ferreira

Conselho Nordeste: Anna Andrade

Conselho Centro-oeste: Raylson Chaves

Conselho Sudeste: Maíra dos Santos Oliveira

Conselho Sul: Gabriel Borges

Conselho Fiscal

Shirlene Conceição Reis
Maíra dos Santos Oliveira
Gabriel Philippini Ferreira Borges da Silva

Gerência de Projetos

Maurício Moraes

Financeiro

Gustavo Ferreira
Shirlene Reis

Comunicação

Darwin Marinho - Coordenadora de Comunicação
Milena Geovana - Jornalista
Suelen Cosme - Designer
Júlia Cordeiro - Comunicação Interna
Si Comunicação - Assessoria de imprensa

CARTILHA “ENSINO DA HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA: A CULTURA COMO FERRAMENTA PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. UMA ANÁLISE DA LEI N° 10.639/2003: DA TEORIA À PRÁTICA”:

Entrevistas, produção e pesquisa

Milena Geovana
Queila Ariadne

Edição e coordenação

Queila Ariadne

Revisão

Élida Murta – Trema

Diagramação e Identidade Visual

Paula Leal - Cria Preta Design e Comunicação

Ilustrações

Valdir Marte

Coordenação

Darwin Marinho

APOIO CULTURAL



REALIZAÇÃO



CULTURA



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**